

Pode uma *birangona* falar?

Mayara Davy Bello de Freitas,
Bacharel em Relações
Internacionais pelo Instituto de
Relações Internacionais da
Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro (PUC-Rio),
Brasil. Email: mayara.bello@live.
com

Resumo

Este trabalho tem como objetivo principal compreender como as construções violentas sobre gênero reproduzem o caráter violento do Sistema Internacional. Para isso, é feita uma análise sobre a construção do feminino no sul asiático, que entende a nação como feminina, a maternidade como a única contribuição das mulheres para o Estado e essencial o cumprimento de rigorosos ideais de moralidade. Conclui-se que esta construção torna permissível o uso deliberado de estupros como arma de guerra, já que o exército opositor, baseado nos mesmos pressupostos sobre o gênero feminino, entendem que o corpo da mulher é a continuação do campo de batalha para se destruir a nação do inimigo. Apesar deste entendimento, o trabalho busca ir além de reduzir o corpo da mulher a um meio e busca entender como elas também são sujeitos passíveis de ódio por serem o outro do self universal masculino - mesmo que não possam ser reconhecidas como sujeitos. O trabalho também visa compreender as políticas públicas de reconstrução nacional do Estado de Bangladesh via reinserção das mulheres vítimas de estupro na sociedade e conclui que esta inserção ocorre nos mesmos pressupostos violentos sobre o ser mulher, dando continuidade ao ciclo de violência gênero-internacional, contribuindo para que elas continuem na subalternidade social e política e repercutindo negativamente na atual divisão internacional do trabalho e na prossecução dos crimes de guerra no Tribunal Internacional.

Palavras-Chave: Bangladesh -Feminismo – Pós-colonialismo - Guerra de Libertação – Birangonas

Introdução

“The war of 1971 remains one of the most under-researched conflict in the world, and the traumatic experiences of the civilians after the war remain virtually unknown” (D’COSTA, 2005). O Exército do Paquistão e colaboradores bengaleses atacaram comunidades hindus, intelectuais e membros da oposição política. Apesar dos homens serem as maiores vítimas do conflito, visto que eram mortos por serem soldados do exército de libertação, políticos e intelectuais da época, outro grupo é, mais uma vez, morto e torturado exclusivamente por seu sexo: historiadores estimam que, durante o conflito, entre duzentas mil e quatrocentas mil mulheres foram estupradas (JONES, s.f.). Esta pesquisa busca portanto apontar como determinadas construções homogeneizantes sobre o gênero feminino no sul asiático fizeram com que a mulher pudesse ser entendida como meio para comprometer a nação da qual faz parte e como a reintegração dessas por parte do governo de Rahman Mujib reproduziu os mesmos padrões violentos de gênero que permitiram que estas fossem estupradas. Há também a intenção de refletir sobre como a reprodução violenta de gênero é essencial para a reprodução violenta do internacional, tanto na própria lógica do estupro como arma de guerra, como também nas consequências sociais, políticas e econômicas que a posição subalterna dessas mulheres as destina.

O argumento central desta pesquisa consiste na ideia de que a reprodução acrítica de representações de gênero informadas por uma ideologia binária e hierarquizante impede a possibilidade de auto-representação e, logo, agência por parte da mulher no local subalterno, permitindo a reprodução violenta destas mesmas em texturas macrológicas (SPIVAK, 2010).

A escolha de temas como este é importante para a mitigação das fronteiras¹ de Relações Internacionais enquanto práxis genderizada, visto que essas mais atrapalham do que enriquecem o debate (SHEPHERD, 2007). Dentro da disciplina, as pesquisas sobre o país costumam focar na narrativa do desenvolvimento econômico (D’COSTA, 2006), sem considerar que o mesmo

¹ Tais como o Estado como ator unitário e objeto de estudo central das RI, a violência como um mecanismo do sistema anárquico, a capacidade do Estado proteger seres humanos que são seus cidadãos (WALTZ, 1959) e a segurança entendida como capacidade militar (MEARSHAIMER, 1990).

(celebrado pela academia e pelos *policymakers*) possa estar, de algum modo, relacionado também à vitimização e mão-de-obra barata de grupos subalternos nesta sociedade. Já as narrativas existentes sobre a Guerra de Independência costumam silenciar a questão dos estupros sistemáticos, visto que a escarificação da memória e, logo, segurança da nação pela voz de quem precisou ser silenciado compromete a constante construção do projeto de Estado-Nação (MOOKHERJEE, 2002; D’COSTA, 2005).

Neste trabalho, o uso da epistemologia feminista nos leva a considerar outra perspectiva metodológica. Como alega J. Ann Tickner, o modo como o conhecimento tem sido produzido até o momento não permite que as perguntas que queremos e devemos fazer sejam feitas (2005). O uso da epistemologia feminista ao invés de uma metodologia deve, então, desafiar as bases androcentricas e masculinas sobre as quais a disciplina foi construída (TICKNER, 2005). Com isso, algumas linhas metodológicas que informam a pesquisa são: o questionamento de que perguntas são feitas e o porquê, a pesquisa como potencial de melhora da vida de mulheres e homens silenciados, a reflexividade e a subjetividade da autora na pesquisa e o conhecimento como emancipador (TICKNER, 2005). Além do mais, há a necessidade de uma reconceitualização feminista que entenda a violência como produtora de subjetividade (SHEPHERD, 2007) e que performe uma ordem de gênero binária *natural e necessária* (BUTLER, 2004), de modo a dar voz às mulheres e homens marginalizados mas necessários para a cíclica construção do inter/nacional.

Os principais aportes teóricos são derivados da obra “Pode o subalterno falar?” de Gayatri Spivak (2010) e “Victims, Perpetrators and Actors’ Revisited: Exploring the Potential for a Feminist Reconceptualisation of (International) Security and (Gender) Violence” de Laura Shepherd (2007). De Spivak utilizo as categorias de micrológica, subalternidade e representação. Segundo a autora, a representação do subalterno não é possível. Suas representações, são no sentido de falar por ele, em um sentido político, ou de encená-lo, em um sentido performático, o que não permite sua agência e, por mais que não pareça, está embuído de ideologia (micrológica). De Laura Shepherd, herdo a curiosidade de entender a ligação entre a reprodução violenta de gênero e a reprodução violenta do internacional: a violência seria o lugar de produção de ambos, visto que Estados performam violência, mas a violência, em nome da segurança, também performe o Estado. Pelo olhar feminista,

devemos pensar que esta segurança é também genderizada e que a violência possui papel ordenativo, tanto na sociedade quanto no internacional.

A reprodução violenta de gênero no sul asiático e seus desdobramentos no conflito internacional de 1971

Embasada nos estudos de Simone de Beauvoir em “O Segundo Sexo” (2009), Sherry B.Ortner menciona três aspectos relacionados e universais da existência feminina que pode dar apoio a ideia cultural generalizada de que a mulher está mais próxima à natureza que o homem: (1) O corpo da mulher e suas funções biológicas (nascimento, menstruação, amamentação) tornam necessário que ela passe mais tempo atuando dentro de um “comportamento de espécie” do que o homem, que é mais livre para se concentrar em projetos puramente culturais, (2) O corpo da mulher e suas funções a coloca em papéis sociais que são consideradas inferiores aos homens (cozinhar, limpar, etc), e (3) estes dois aspectos da existência feminina lhe dão uma estrutura mental que é diferente do que a dos homens e que é visto como sendo mais próxima da natureza (ORTNER, 1974).

A reprodução passa a ser entendida como algo que ocorre no ambiente doméstico, no ambiente feminino e da natureza. Tal entendimento estabiliza a ideia que as mulheres são naturalmente propensas a maternidade, ao mesmo tempo em que também cumprem papéis culturais de demasiada importância.

As mulheres em toda parte, obviamente, têm funções culturais; em muitas sociedades, é, na verdade, o papel das mulheres manter e transmitir a tradição, e é muitas vezes considerado natural que as mulheres sejam mais religiosas do que os homens. (...) Ou seja, o fato de que as mulheres dão à luz, amamentam bebês e menstruam lhes dá uma posição ambígua e por vezes perigoso entre natureza e cultura (ORTNER, 1974)

Ou seja, as mulheres da região são entendidas como as primeiras reprodutoras biológicas e culturais da nação, que é produzida em espaços sociais, incluindo a esfera privada e o corpo feminino, valorizado pela capacidade de produzir filhos (BAINES, 2003).

Ao mesmo tempo, a esfera privada e o seu sujeito natural, as mulheres, seriam o santuário da nação, o que é natural e puro, o que deve ser protegido da poluição exterior, não só no sentido literal do além fronteiras, mas também das

fronteiras internas entre homens pertencentes ou alheios ao *kinship* do qual a mulher faz parte. Como portadoras dos valores sagrados de uma nação e possuindo um local ambíguo entre natureza e cultura, as mulheres são construídas como autênticas representações do *inside* estatal, cuja sexualidade e comportamento devem ser assegurados para não ameaçar suas fronteiras (BAINES, 2003) e nem a própria ideia de cultura, enquanto um conjunto rígido e preciso de premissas (SPIVAK, 2010).

Os mecanismos culturais da região que asseguram que o comportamento feminino não desafie a ontologia estatal androcêntrica são a observância do *pardah* e da *pativrata*, a importância dada a virgindade e o seu potencial de poluição.

O uso do véu é o caráter mais explícito e físico do sistema de *pardah*², o termo, porém, faz referência ao comportamento em geral dos homens e mulheres na sociedade e divide o mundo entre mundo dos homens e das mulheres (PAPANNEK, 1973). Além da observância do *pardah*, as mulheres hindus devem também buscar serem *Pativratas*. O texto sagrado hindu Shikshapatri (159), escrito por Lorde Swaminarayan, explica que Pati significa marido e Vrat significa voto, ao mesmo tempo em que pontua os comportamentos que o ideal feminino pativrata deve obedecer como, por exemplo, amar a seu marido como amam a seu Deus, não manter relações com pessoas jovens, bonitas ou bem-versadas e não expor a região do umbigo, torso ou pernas (MUNI, 2002).

Rama Mehta nos mostra na passagem a seguir que, apesar de haver grandes diferenças entre o Hinduísmo e o Islã, o código de modestia feminina que disciplina as mulheres muçulmanas também disciplina as mulheres hindus:

just as Pativrata [the complete devotion of the woman to her husband] was the moral code, the Purdha system was part of the feminine code of modesty. High caste women in some parts of India were segregated from men.... To be reserved in the presence

² De acordo com Papanek (1973), não existe um consenso nas produções sobre o que seria Purdah e sua observância difere entre classes socioeconômicas, regiões geográficas, vertentes religiosas e castas. Ao mesmo tempo, o nível de observância possui diferentes consequências psicológicas e físicas para as mulheres. Também é importante considerar que este status não pode ser completamente explicado em termos do Corão e de seus comentários. Apesar de sua aparente especificidade, as prescrições foram elaboradas e sistematizadas de diferentes jeitos em diferentes sociedades muçulmanas.

of men was part of the traditional feminine etiquette (MEHTA, 1970).

Existem dois pontos que, segundo Papanek, devem ser observados: a disputa sobre a origem do sistema de segregação feminina no hinduísmo e o sistema de castas (PAPANEK, 1973). No primeiro ponto, alguns autores defendem que o sistema de segregação começou com as invasões muçulmanas e os hinduístas aderiram a ele para preservar as mulheres de seu grupo. Inclusive, uma prática conhecida como *jauhar* previa o suicídio coletivo das mulheres dos reinos Rajput quando a derrota era certa frente a inimigos, especialmente muçulmanos, para preservar a honra do grupo, que seria perdida caso as mulheres fossem estupradas por homens do grupos estrangeiros (DAS, 1997).

No segundo ponto, está um outro aspecto importante da segregação feminina e do papel da mulher em geral, a poluição. A ênfase na pureza feminina indica que naquela sociedade as mulheres são vistas primeiramente enquanto procriadoras (PAPANEK, 1973). Em seu livro "*Purity and Danger*", Mary Douglas tenta mostrar como rituais de pureza e impureza criam unidade na experiência:

For I believe that ideas about separating, purifying, demarcating and punishing transgressions have as their main function to impose system on an inherently untidy experience. It is only by exaggerating the difference between within and without, about and below, male and female, with and against, that a semblance of order is created (DOUGLAS, 1966).

Então transgredir as fronteiras e poluir o puro é transgredir a ordem. O comprimento da ordem, intimamente ligado com a honra, passa de uma questão simbólica que protege o indivíduo ou o grupo da poluição/sujeira que está sempre alocado no outro/externo, para o corpo feminino na forma de uma membrana que divide o dentro e o fora, o puro e o poluído: o hímen. Este ponto é interessantemente desenvolvido por Nawal El Saadawi, autora de "*The hidden face of Eve*". Ela argumenta que valores morais são o produto de um sistema social imposto pela classe dominante com o objetivo de servir a determinados interesses econômicos e políticos, garantindo que a situação privilegiada da classe dominante se mantenha (SAADAWI, 1980). Para a autora, a virgindade seria um valor moral aplicado apenas às meninas, futuras procriadoras capazes de serem poluídas pelo ato sexual e,

como representantes do *inside* estatal, de poluírem a ordem macrológica patriarcal da qual fazem parte.

Outro fator essencial e que também relaciona a reprodução violenta de gênero à reprodução violenta do internacional é a colonização britânica na região, que se iniciou em 1757. A ideologia colonial, segundo Ashis Nandy, relacionava a dominação com duas categorias: gênero e idade (2009). Na primeira, há a hierarquização entre o feminino e o masculino e a conquista colonial é entendida como conquista sexual: a leitura é feita em termos de controle, conquista, domínio e poder enquanto violência, em termos associados ao masculino. Na segunda, existe tanto a faceta da criança, na qual ela é interpretada como imatura, irracional e não civilizada, mas tem uma potencialidade de progresso e a faceta da velhice, na qual ela é interpretada como decrépita, degenerada e avessa ao progresso (NANDY, 2009). Com isso, foram necessários mais de 200 anos de lutas por parte da população da região, que foram entendidos enquanto femininos e incapazes de falar por si mesmos, precisando de representação política por parte de homens racionais e capazes do Império Britânico. Após as desarticulações e articulações sobre representatividade e autonomia entre o Congresso Indiano, os movimentos sociais de Gandhi, a Liga Muçulmana de Jinnah e os oficiais Britânicos, junto com a independência em 1947, veio a divisão das fronteiras entre Índia e Paquistão, baseadas na maioria religiosa de suas províncias. Quando as fronteiras se tornaram conhecidas, a maior migração em massa conhecida na História começou, assim como uma onda de violência, sequestros e estupros desafiaram os recém criados Estados-Nação (KULKE y ROTHERMUND, 1998).

À época das demandas de representação política que levaram à guerra de sucessão por parte do Paquistão Ocidental, atual Bangladesh, o ciclo de reprodução violenta gênero-internacional se repetia: Os paquistaneses continuavam a considerar a língua e a cultura Bengali como “hinduízadas” e sua cidadania de 2ª classe (RITUPARNA, 2010), além de racialmente inferior, não marcial e fisicamente mais fraco (JAHAN, 2009). A imagem criada pelos oficiais britânicos em relação aos indianos como feminina, inferior e incapaz para justificar seu genocídio colonial foi amplamente aceita pela elite governante paquistanesa para cometer o seu, fazendo com que os bengalis fossem passíveis de expurgação e limpeza.

De acordo com Bina D’Costa, os soldados paquistaneses usaram deliberadamente o estupro como arma de guerra seguindo instruções do General

Tikka Khan como “façam deles muçulmanos” (2008), que se baseia na ideia do Corão de que um bom muçulmano luta contra todos, exceto seu pai (D’COSTA, 2010). A ideia de que existe uma cultura superior e que implantá-la é anular a cultura do outro, a noção de que o corpo tem um papel ambíguo e é também um lugar de identidade política e pertencente à nações históricas-culturais (BAINES, 2003), tornam permissíveis, por meio da micrológica anteriormente apresentada, a instrumentalização do estupro enquanto arma de guerra. A simbologia do estupro representa a incapacidade do homem de proteger as mulheres de seu *kinship* e, como seus corpos funcionam como fronteiras entre o dentro e o fora, de proteger a sua pátria/cultura³ (SEIFERT, 1994). A poluição causada pelo ato sexual, intensificada quando perpetrada por homens alheios ao *inside*, visa inviabilizar a ordem necessária para que o Estado-Nação seja um território ocupado por uma nação homogênea.

Além do mais, considerando as micrológicas que informam os mecanismos de reprodução violenta de gênero anteriormente apresentadas (modéstia, virgindade e poluição), podemos concluir que, o estupro como arma de guerra possui intenção genocida pois torna a mulher incasável ou intocável no contexto apresentado, tendo a intenção de minar seu futuro (DIXON, 2002) e o da Nação.

No entanto, não desejo contribuir para a objetificação da mulher que se dá nos trabalhos que ignoram a produção da subjetividade feminina através da violência ao considerá-la apenas um meio para se atingir um fim. Com isso, assim como Louise du Toit, considero o estupro como um instrumento político que tem como objetivo apagar a subjetividade e, logo agência feminina, dividindo aqueles possuidores do poder público daqueles que não o possuem, mas em um nível tão básico que não aparenta ser político (DU TOIT, 2009)

A reprodução violenta de gênero após o conflito de 1971: práticas de reintegração das birangonas

³ A representação da mulher enquanto Nação e de seus filhos enquanto cidadãos que degustam suas belezas e prometem defendê-la pode ser visibilizada no hino Amar Sonar Bangla escrito pelo poeta Rabindranath Tagore em 1906.

O Pai da Nação, *Sheik Rahman*, ao autorizar os programas de aborto e adoções internacionais, reforçou a ideia do corpo da mulher enquanto representante e gerador da Nação, pronunciando-se contra a existência do “sangue poluído do Paquistão Ocidental no seu país” (D’COSTA, 2010). Vale ressaltar que a questão do aborto não é simples nem no Hinduísmo e nem no Islã, sendo a sua legalização e incentivo neste caso uma política muito mais focada no *state-building* do que no direito das mulheres ao próprio corpo.

Outra iniciativa levada à cabo por *Sheik Rahman Mujib* foi a campanha “*marry them off*”, que tinha o objetivo de casar as mulheres denominadas de birangonas – heroínas de guerra no seu sentido literal, mulher desonrada no sentido popular – com os heróis de guerra. Como a autora Kajalie Shehreen Islam aponta em seu estudo sobre a representação das birangonas na mídia, a posição de mulheres casadas ajudaria a reestabelecê-las na sociedade (ISLAM, 2012). Ou seja, a campanha operaria de modo a levá-las de volta a esfera privada/natureza/*inside* estatal (MOOKHERJEE, 2002), esfera essa que permitiu a sua leitura enquanto meio para atingir o projeto de nação do inimigo.

O próprio termo “birangona” merece especial atenção. A imagem remediada/representada no imaginário coletivo, segundo a autora, é de mulheres sendo estupradas pelo exército Paquistão e seus colaboradores e não de mulheres que muitas vezes lutaram lado a lado com os *muktijoddhas* bengalis (AKTAR, 2010). Neste caso, o *Sheikh* agradeceu às mulheres heroínas de guerra por terem sacrificado o que era de maior importância para elas (ou para a construção da nação): sua *womanhood*. Como coloca Kajalie Islam, a ideia de que a mulher perdeu tudo por ter sido estuprada reforça uma já prevalecente norma social: que tudo o que a mulher é está limitado a sua virgindade, caso essa não seja casada, e a sua castidade, caso essa seja casada (2012). Em todos os relatos das heroínas de guerra no inovador livro de Nilma Ibrahim, *Ami Birangona Bolchhi*, este discurso é bem aceito e difundido entre as birangonas, como mostrado no relato de Maherjaan e Sefa, duas sobreviventes: “I have sacrificed what is most precious to me – my womanhood, for my country. But you will never see our names engraved in a tower” e “I sacrificed my biggest gift, my womanhood, for my country (...) They gave their life once – but I sacrificed myself many times” (IBRAHIM, 1998). Na reportagem da professora Aktar, a mesma ideia é passada em “*Whatever the*

statistics may be, the sacrifice of our women for our independence is indescribable in words” e *“The sacrifice of our women during the liberation war is rare in world history”* (AKTAR, 2010).

Se faz necessário, então, reconhecer que, para a maioria destas mulheres, o título de birangona muitas vezes foi motivo para a superação de adversidades. No entanto, a pesquisa busca entender COMO e em QUAIS termos foi permitida a representação destas mulheres, evidenciando a ideologia que as subalterniza e que está presente nas campanhas relativas à elas.

A reprodução violenta do Internacional: Rana Plaza e o Tribunal Internacional

As medidas de reabilitação para as mulheres também refletiram e reforçaram estereótipos de gênero. As profissões para as quais as mulheres foram treinadas, por exemplo, eram limitadas à enfermagem, datilografia e operadoras de telefone para as mulheres educadas. Para iletradas, artesanato, gastronomia e trabalho doméstico. Todos considerados “trabalhos femininos” (MOOKHERJEE, 2002). Como Cynthia Enloe escreve em *“Bananas, Beaches and Bases”*, desde o século XVIII, os empregadores têm tentado minimizar o custo de empregar trabalhadores em indústrias trabalho-intensivas, definindo a maior parte destes trabalhos como *“unskilled”* ou *“low-skilled”* – ou seja, trabalhos que os empregados saibam fazer naturalmente (ENLOE, 2000). Desta lógica surge o entendimento de feminização da pobreza: os trabalhos mais *“unskilled”* ou *“low-skilled”* costumam ser os trabalhos “de mulher”. Em Bangladesh, as mulheres no setor informal recebem menos que os homens nos mesmos trabalhos (ISLAM, 2013).

Bangladesh é o segundo maior produtor de roupa do mundo, atrás apenas da China, e a indústria têxtil constitui a base da sua economia. O setor emprega cerca de 4 milhões de pessoas, 90% dos quais são mulheres. Cerca de 60% das roupas feitas em Bangladesh vai para os mercados europeus – em geral, as exportações de vestuário geram pelo menos 20 bilhões de dólares em receitas anuais e é a maior fonte de renda do país. Há anos muitas empresas ocidentais e empresários de Bangladesh oprimem o orçamento e reduzem os custos, mantendo

os salários baixos e uma segurança quase inexistente (REDAÇÃO, 2014). Em abril de 2013 ocorreu a tragédia de *Rana Plaza*, a maior tragédia da indústria têxtil mundial. A vasta maioria dos trabalhadores no complexo eram mulheres, muitas vindas do meio rural. No total, foram 1.133 mortos. As bengalis que sofreram ferimentos, se encontraram agora sem trabalho, tendo recebido pouca ou nenhuma compensação pelo acidente. Além do mais, muitas eram as únicas trabalhadoras de suas casas e agora passam a ser consideradas um peso para a família (CAIRNS, 2013).

Seus trabalhos considerados como “*unskilled*” ou “*low-skilled*” permitem, na ordem capitalista global, o pagamento de salários irrisórios e condições trabalhistas semelhantes ao trabalho escravo para elevar os lucros nos mercados de destino. Ainda existe um alto grau de influência política por parte da indústria têxtil em Bangladesh: 10% dos membros do parlamento estão diretamente envolvidos no setor (BILLENNESS, 2014). Mais uma vez, reproduções violentas de gênero permitem que a ordem se (re)construa da maneira excludente e injusta às custas de quem não se beneficia dela.

A instauração de Tribunais Internacionais para julgar Crimes de Guerra também nos fala da reprodução violenta de gênero e do Internacional: a luta inevitável pelo poder nos anos após a guerra, as divisões entre os líderes de libertação, e a forte dependência dos governos sobre alianças políticas e econômicas, permitiu que grupos conservadores que apoiaram/colaboraram com o Paquistão durante a guerra de 1971 restabelecessem uma base de poder e uma legitimidade limitada em Bangladesh (D’COSTA, 2013).

De acordo com o Ato de 1973 (e sua posterior emenda de 2009), o tribunal tem o poder de julgar e punir qualquer indivíduo ou grupo de indivíduos, ou qualquer membro de todas as forças armadas, de defesa ou de auxiliares, independentemente da sua nacionalidade, que cometeu ou cometeu, no território de Bangladesh e uma ampla gama de crimes de guerra relacionados (SEN, 2012). No entanto, na prática, a prossecução se deu somente a criminosos de guerra de origem do anterior Paquistão oriental e atual Bangladesh. A Diplomacia tripartite pós-guerra entre a Índia, Paquistão e Bangladesh, com o Acordo de 1973 entre Índia e Paquistão e com o Acordo Tripartido de 1974 entre os três países para a normalização das relações no subcontinente, fez com que o país e a Índia fizessem

uma proposta de repatriação na qual o Paquistão seria o responsável por investigar e julgar os paquistaneses que foram considerados culpados de crimes de guerra. O Paquistão também fez promessas semelhantes nas suas alegações ao Tribunal Internacional de Justiça, em 11 de Maio 1973.

Como Rosalin Dixon argumenta, as prossecuções dos crimes de guerra visam muito mais reconstruir uma ordem na comunidade internacional entre Estados frateros do que garantir justiça às vítimas (2002). Pelos paradigmas dominantes dentro das práticas legais, as vítimas experimentam o trauma do estupro de modo ecoado e reforçado, ao invés de invertido e corrigido (DU TOIT, 2007). O direito *order-building* (DIXON, 2002) repete o ato de apagar e disciplinar a subjetividade sexual feminina para a continuidade de sua própria existência e os danos de estupro não podem ser expressos na terminologia disponibilizada por uma ordem que é estupradora em si mesma (DU TOIT, 2009). Em outras palavras, esta abrangente ordem simbólica torna difícil que se possa ver o dano do estupro porque, o que para nós deveria ser considerado uma anomalia, é normalizado pela ordem na qual estamos inseridos.

Os critérios de violação agravada⁴, em oposição ao “estupro simples”, reforçam a ideia de que o estupro é entendido enquanto um crime contra a propriedade e, ao fazê-lo, não conseguem e não podem dar conta dos danos do estupro. A ideia de que o estupro por um estrangeiro agrava a violação sugere fortemente que o estrangeiro étnico, racial ou religioso é mais reconhecível como um estuprador provável do que um homem do próprio grupo (DU TOIT, 2009), reforçando a dicotomia dentro-fora tão necessária para a organização estatal e internacional existir.

A noção generalizada de que é de alguma forma "melhor" ser estuprada por alguém que não é um completo estranho ou por alguém do mesmo grupo racial ou étnico, portanto, reforça a noção da sexualidade feminina como propriedade, como vassalo reprodutivo de uma nação e contraria a experiência das mulheres (DU TOIT, 2009), no qual o trauma e o silenciamento costumam ser muito maiores quando os perpetradores do ato são um membro da família, um líder religioso, um

⁴ Os critérios seriam: (a) violência extrínseca ou (b) vários assaltantes ou (c) nenhuma relação anterior entre a vítima e o réu (DU TOIT, 2009).

membro da comunidade ou as pessoas que deveriam lhe representar no aparato estatal, o que ocorreu no Bangladesh pós-conflito. A vítima sacrificada e silenciada é extremamente necessária para construir a ordem e a “reconciliação” entre iguais, ao mesmo tempo em que, quando é interessante aos *policymakers*, há uma instrumentalização do sofrimento por políticas de lembrança coletiva para criar situações necessárias para o conflito. Em todos os casos, é a política nos moldes dos homens e para os homens.

Conclusão

Este trabalho teve a intenção de entender de que forma as mulheres bengalis estupradas na Guerra de Libertação de 1971 foram “reintegradas” à sociedade. As práticas, que consistiam em campanhas de casamentos, clínicas de aborto, um sistema de adoção internacional e a nomeação das mulheres estupradas como birangonas, ou heroínas de guerra, acabaram por reproduzir gênero violentamente, limitando e homogeneizando o sujeito mulher como mães, vassalos reprodutivos, *pativratas* e observantes do *pardah*. Este tipo de representação não permitiu que as birangonas contassem suas histórias ou, quando “podiam” contar, reproduziam a ideologia que as subalterniza, o que é ideal para a segurança ontológica do Estado e da Ordem Internacional. A reprodução violenta do Internacional foi exemplificada pelo Estado-Nação, o Direito Internacional e a Divisão Internacional de Trabalho. Além do mais, tais representações acabaram por gerar um contínuo de violência, onde a prática do estupro como arma de guerra é permissível dentro da ordem simbólica (re) produzida e (re) construída.

Apesar do silêncio do governo militar e da mídia que tomou conta de Bangladesh entre 1975 e 1990, feministas bengalis, escritoras, cineastas e ativistas de direitos humanos focaram na necessidade de documentar os relatos das sobreviventes de diferentes origens socioeconômicas, visto que os acontecimentos, apesar de um segredo público, continuaram vivos na memória coletiva e foram remediados para as gerações seguintes. Graças a estes trabalhos, uma representação começou a se tornar possível a partir dos anos 90 no país. Os trabalhos futuros na área poderão se preocupar em olhar as mudanças trazidas – ou não - pela maior representação das mulheres, como os movimentos sociais e as ativistas feministas, que desafiam papéis de gênero em suas performances. O andamento do Tribunal Internacional

para os Crimes de Guerra também fornecerá grandes insights sobre representação e o desafio ao order-building. Para finalizar, este espaço deve conter um apelo à uma sororidade transnacional. Spivak quer mostrar em seu trabalho como a ideologia dificulta a representação e a agência (2010). No entanto, estudos anteriores já mostraram que o compartilhamento da experiência comum de mulheres, independente de fronteiras, ajuda outras mulheres a tomarem consciência do lugar em que se encontram e a somarem vozes. Talvez o network entre mulheres possa começar a iluminar a ideologia patriarcal que as subalterniza e que uma identificação estratégica da estrutura seja o primeiro passo para a sua superação. As mulheres pasquitanesas foram o primeiro grupo no Paquistão a se desculpar pelas atrocidades que o Exército Paquistânês infligiu à população Bengali e, especialmente, às mulheres. Atitudes como essa ajudam a reduzir a percepção de “otherness”, evitando, assim possíveis conflitos. No entanto, os estudos e as tentativas de uma sororidade transnacional devem atentar para as chances de discursos imperialistas surgirem, o que, como vimos, vem da mesma ideologia da reprodução violenta de gênero.

Bibliografia

AKTAR, Shirin. (2010). “Birangana or muktijoddha?”. *The Daily Star*. Disponível em: <<http://archive.thedailystar.net/newDesign/news-details.php?nid=132407>> [Consultado em: 29 jul. 2014].

BAINES, Erin K. (2003). “Body politics and the Rwandan crisis”. *Third World Quarterly*, v.24, n.3, p. 479-493

BEAUVOIR, Simone de. (2009) *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BILLENNESS, Simon. (2014). “One Year After Factory Disaster, What Have We Learned?”. *Amnesty Usa*. Disponível em: <<http://blog.amnestyusa.org/asia/one-year-after-factory-disaster-what-have-we-learned/>> [Consultado em: 06 jun. 2014].

BUTLER, Judith. (2004). *Undoing gender*. Londres: Routledge.

CAIRNS, George. (2013). "Life more tragic than death: who remembers Rana Plaza?". *The Conversation*. Disponible en: <<http://theconversation.com/life-more-tragic-than-death-who-remembers-rana-plaza-18222>> [Consultado en: 02 dec. 2014].

DAS, Veena. (1997). *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. Nova Déli: Oxford India Paperbacks.

D'COSTA, Bina. (2005). "Coming to terms with the past in Bangladesh: Forming Feminist Alliance Across Borders". En: RICIUTELLI, Luciana; MILES, Angela; MCFADDEN, Margaret (Eds). *Women, Power and Justice: Global Feminist Perspectives*. Londres: Zed Publishers.

_____. (2013). "Victory's Silence". *The Daily Star*. Disponible en: <<http://archive.thedailystar.net/forum/2013/January/victory.htm>>. [Consultado en: 27 fev. 2014].

_____. (2010). "1971: Rape and its consequences". *BDNEWS24*. Disponible en: <<http://opinion.bdnews24.com/2010/12/15/1971-rape-and-its-consequences/#sthash.XdS2o36j.dpuf>>. [Consultado en: 20 dec. 2013]

DIXON, Rosalind. (2002). *Rape as a Crime in International Humanitarian Law: Where to from Here?*. Disponible en: <<http://www.ejil.org/issue.php?issue=31>> [Consultado en: 01 dec. 2014].

DOUGLAS, Mary. (1966). *Purity and Danger: an analysis of concepts of pollution and taboo*. Nova lorque: Routledge.

DUTOIT, Louise. (2007). "The Conditions of Consent". En: HUNTER, Rosemary; COWAN, Sharon (Ed.). *Choice and Consent: Feminist Engagements with Law and Subjectivity*. London: Glasshouse

_____. (2009). *A philosophical Investigation of Rape: The Making and Unmaking of the Feminine Self*. Nova lorque: Routledge

ENLOE, Cynthia. (2000) *Bananas, Beaches and Bases*. California: California University Press

IBRAHIM, Nilma. (1998). *Ami Birangona Bolchhi*. Daca: Jagriti Prokashoni.

ISLAM, Kajalie Shehreen. (2012). "Breaking Down the Birangona: Examining the (Divided) Media Discourse on the War Heroines of Bangladesh's Independence Movement". *International Journal Of Communication*. v.6, p. 131-148.

ISLAM, Serajul. (2013). "Women's rights and discrimination in Bangladesh". *Dhaka Tribune*. Disponible en: <<http://www.dhakatribune.com/op-ed/2013/jul/09/women's-rights-and-discrimination-bangladesh>>. [Consultado en 08 maio 2014].

JAHAN, R. (2009). "Genocide in Bangladesh". En S. Totten; W. S. Parsons (eds). *Century of Genocide: Critical Essays and Eyewitness Accounts*. Nova Iorque: Routledge

JONES, Adam. (s.f.). "Case Study: Genocide in Bangladesh 1971". *Gendercide*. Disponible en: < http://www.gendercide.org/case_bangladesh.html> [Consultado en 25 de abril de 2014].

KULKE, Hermann y ROTHERMUND, Dietmar. (1998) *A History of India*. 3ed. Nova Iorque: Routledge.

MEARSHEIMER, John. J. (1990). "Back to the future: Instability in Europe after the cold war". En *International Security*, v. 15, n. 3, p. 5–56.

MEHTA, Rama. (1970). *The Western Educated Hindu Woman*. New York: Asia Publishing House

MOOKHERJEE, Nayanika. (2002). *'A Lot of History': Sexual Violence, Public Memories and the Bangladesh Liberation War of 1971*. Tesis de Doctorado - Curso de Antropologia Social, SOAS, Londres.

MUNI, Shatanad S. G. (2002). *Shikshapatri Bashya*. Disponible en: <<http://www.shikshapatri.org.uk/~shik/pdf/arthdipika-isso.pdf>> [Consultado en 25 de sep. de 2015].

NANDY, Ashis. (2009). *The intimate enemy. Loss and recovery of the self under colonialism*. 2 ed. Nova Déli: Oxford University Press.

ORTNER, Sherry B. (1974). *Is female to male as nature is to culture?* Disponible en: <http://www.radicalanthropologygroup.org/old/class_text_049.pdf>. [Consultado en 7 ago. 2014].

PAPANEK, Hanna. (1973). "Purdah: Separate Worlds and Symbolic Shelter". *Comparative Studies In Society And History*. Cambridge: Cambridge University Press

REDAÇÃO. (2014). "Força de trabalho feminina em Bangladesh representa 90% na indústria têxtil". *Sao Paulo Times*. Disponible en: <<http://www.saopaulotimes.com.br/sp/forca-de-trabalho-feminina-em-bangladesh-representa-90-na-industria-textil/>> [Consultado en: 29 nov. 2014].

RITUPARNA, Roy. (2010). *South Asian Partition Fiction in English: From Khushwant Singh to Amitav Ghosh*. Amsterdam: Amsterdam University Press.

SAADAWI, Nawal El. (2003). *The Hidden Face of Eve: Women in the Arab World*. Cambridge: Cambridge University Press

SEIFERT, Ruth. (1994). "War and Rape: A Preliminary Analysis". En: STIGLMAYER, Alexandra (Ed.). *Mass Rape: The War against Women in Bosnia-Herzegovina*. Lincoln: University Of Nebraska Press

SEN, Jhuma (2012). The Trial of Errors in Bangladesh: The International Crimes (Tribunals) Act and the 1971 war crimes trial. **Harvard Asia Quarterly**. Otoño, p. 33-43.

SHEPHERD, Laura J. (2007). "Victims, Perpetrators and Actors Revisited: Exploring the potential for a feminist reconceptualization of International (security) and (gender) violence". En *Political Studies Association*, v. 9. p. 239-256.

SPIVAK, Gayatri. (2010). *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: UFMG

TICKNER, Ann J. (2005). "What Is Your Research Program? Some Feminist Answers to International Relations Methodological Questions". En *International Studies Quarterly*. p. 1-22.

WALTZ, Kenneth N. (2001). *Man, the State and War: A Theoretical Analysis*. Nova Iorque: Columbia University Press
